

### *O Papel das Crenças Econômicas na Vida Política (\*)*

GEORGES VEDEL

Tradução de Maria de Lourdes L. Modiano

1. Serão os fatos objetivos ou serão as crenças, que, em última análise, constituem o fator de causalidade essencial das estruturas e fenômenos sociais? Terão razão os materialistas ou, pelo contrário, estarão certos os idealistas? Por estranho que pareça, a resposta a tais indagações não condiciona, de modo algum, na hora atual (nem certamente num futuro próximo) o desenvolvimento da ciência política. Não é esta bastante rudimentar nem suficientemente desenvolvida para que o problema fundamental, assim evocado, norteie seus trabalhos. É que o debate entre materialismo e idealismo consiste, no sentido próprio da palavra, antes em aspecto metafísico do que metodológico. Não se nega, num dos campos, que as representações subjetivas dos indivíduos vivendo em sociedade tenham papel primordial na produção dos fatos objetivos, mesmo de natureza material; tampouco se nega, no outro, que as idéias estejam na dependência mais ou menos estrita dos dados objetivos. A discussão certamente não fica encerrada, nem seu objetivo desaparece; contudo, já não se trata de saber a qual dos dois elementos considerados — objetivo ou subjetivo — cabe o papel primordial, essencial. Tal questão é vital para uma ciência ainda em embrião que, dispondo apenas de reduzidíssimo número de observações, está toda entregue à especulação dedutiva. Sê-lo-ia, não menos, certamente, para uma ciência plenamente desenvolvida, próxima das sínteses finais e que, em sua idade madura, se defronta com os problemas ontológicos de onde partiu. Tal questão, em compensação, tem muito menos importância nessa idade intermediária e como que adolescente, em que a ciência reúne seu acervo de observações para ligá-las por meio de teorias coerentes mas fragmentárias, já sem a ilusão (ainda sem a ambição) de conformar-se com a Lei única.

Não é esse, porém, o estado atual da ciência política. Podemos estudar o problema das crenças econômicas e de seu papel na vida política, sem sermos forçados, previamente ou em caminho, a tomar partido acêrca de determinada filosofia da sociedade e da História. Pareceu-nos interessante frisar essa observação antes de entrarmos propriamente em nosso tema.

---

(\*) Este artigo foi elaborado para a UNESCO que confiou à *Revue Française de Science Politique* a tarefa de garantir sua divulgação. A *Revista do Serviço Público* con-signa aqui seus agradecimentos à Embaixada da França, que lhe permitiu a presente tradução.



2. Uma segunda observação deve ser feita no limiar dêste estudo. O papel das crenças em geral, na vida política, tem sido estudado de diversos modos. As crenças religiosas ou morais, como elementos das estruturas políticas e como fatores da evolução histórica, suscitaram, nos vários países, numerosos e profundos trabalhos. Em compensação, as crenças econômicas têm sido, de um modo geral, esquecidas ou, pelo menos, seu estudo não tem sido feito muitas vezes com relação à influência que essas crenças exercem sobre a vida política. As linhas que se seguem não poderiam, pois, sem pretensão absurda, constituir verdadeiro estudo, mesmo breve, da questão. Trata-se mais de formular o problema que de resolvê-lo.

3. Teremos caracterizado suficientemente nosso objetivo quando, a estas duas primeiras observações, acrescentarmos uma terceira, visando a comentar o título dêste estudo. Nosso objetivo é duplo: trata-se, primeiramente, de pesquisar o que são *crenças econômicas*. O termo "crença" foi empregado positivamente e de preferência a "idéias", mais restrito, que evocaria apenas as representações conscientes e coerentes. Como diremos adiante, desejaríamos abranger um conjunto de fenômenos de natureza subjetiva, interiores, do psiquismo dos indivíduos, mas que não são necessariamente pensados de modo consciente, nem integrados num sistema discursivo. Em compensação, desejaríamos nos limitar às crenças "econômicas", isto é, às relativas à produção e à troca de bens e serviços.

Assim caracterizadas as crenças econômicas, restaria saber — e esta será nossa segunda tarefa — que relações (ou, melhor, que tipos de relações) ligarão essas crenças à produção de estruturas e fenômenos políticos. Da mesma forma que, para definir o caráter "econômico" das crenças estudadas, acabamos de recorrer a uma acepção tirada da linguagem corrente mais que da ciência, entenderemos por "vida política" o conjunto dos fatos que interessam o governo das sociedades organizadas em Estados. Tudo isso exigiria, é certo, precisões e, para sermos bem exatos, retificações. Sob pena de não chegarmos a passar do limiar dêste estudo, precisamos ir para a frente e admitirmos que o leitor nos entenda suficientemente quando escrevermos as palavras "econômico" e "político". Examinaremos, pois, sucessivamente:

- as características gerais das crenças econômicas;
- a influência dessas crenças sobre a vida política.

— I —

#### CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS CRENÇAS ECONÔMICAS

4. *A primeira característica* que se liga às crenças econômicas refere-se à sua maneira de ser e, correlativamente, à dificuldade de conhecê-las. É comum observar-se que todo indivíduo traz em si, conscientes ou inconscientes, claras ou confusas, crenças morais ou metafísicas. Da mesma forma, todo indivíduo traz em si, bem mais desenvolvidas do que geralmente se supõe, certas crenças econômicas. Evidentemente, raros são aqueles que poderão expor sistematicamente essas crenças ou mesmo simplesmente formular de modo inteligível uma opinião. Isso, porém, não impede absolutamente que a



crença exista e desempenhe seu papel no comportamento dêsse indivíduo, notadamente no plano político. A reação comum de considerar todo funcionário (mais precisamente, todo “burocrata”) como inútil ou parasita implica, no íntimo, numa concepção de economia, realmente existente e eficiente, senão exata, que traz à baila elementos fundamentais como a própria noção de “produção” e de “riqueza”. Por mais elementar que seja, a diferença que fazem inúmeros indivíduos entre a remuneração do patrão metalurgista, analisada numa exploração, e a que percebe — o que é numéricamente comparável — uma estrêla de cinema, considerada com indulgência como fruto da sorte e do talento combinados, baseia-se em crenças inconscientes, ricas e complexas, que envolvem, ao mesmo tempo, uma *descrição* dos mecanismos econômicos e uma *prescrição* de normas morais: o pressuposto da crença consciente é *teoria* e *doutrina*, ao mesmo tempo.

Segue-se que o conteúdo real e global das crenças econômicas da maioria dos indivíduos não poderá ser apreendido de modo direto; será necessário recorrer-se a uma espécie de método indicial. Tal reação concreta, tal reflexão, tal comportamento têm uma significação bem mais ampla que os próprios termos em que se apresentam. Seu sentido real somente se destacará mercê de um trabalho de extensão e aprofundamento: de extensão, já que cada sinal deverá ligar-se a outros; de aprofundamento, já que será preciso, para cada sinal, descer até as raízes que o suportam. Essa análise assemelha-se muito a uma psicanálise; não se esquecerá mesmo da necessidade que existe, em muitos casos, de substituir-se a explicação elaborada e artificial que, de boa fé, o paciente dá de sua maneira de agir, pela explicação verdadeira, menos clara e mais espontânea.

A não ser em casos excepcionais, a pesquisa das crenças econômicas focalizará uma massa de indivíduos caracterizada como grupo (geográfico, social, ideológico) muito mais que êste ou aquêle indivíduo. Por isso é preciso que nos acautelemos a fim de não tomarmos as crenças dos elementos dirigentes como representativas das crenças da massa dos indivíduos. Entre umas e outras existem, certamente, semelhanças e, não raro, identidade de conclusões no terreno prático. Na maioria dos casos, todavia, os dirigentes e a massa gravitam em universos diferentes. Para recorrer a um exemplo (o das crenças econômicas em determinado partido político), é interessante observar que, na tribuna do Parlamento ou do Congresso Nacional, a exposição das opiniões do partido é entregue a um técnico, especialista em economia ou finanças. Mas quando se ouvem as discussões da seção do partido numa pequena cidade, quando se lê o hebdomadário local, vê-se quão diferentes são as crenças da massa. Uma comparação nos ajudará neste ponto. Ninguém negará que, certamente, não existam pontos comuns entre a idéia de um físico e a de um homem comum acêrca da energia atômica. Em Física, isso não tem grande importância, já que, afinal, somente a opinião do cientista influirá na técnica da produção da energia atômica. Em matéria de crenças econômicas, pelo contrário, é a opinião do homem comum — pelo menos nos países democráticos — que, não raro, será decisiva.

Como conhecer essa opinião? É um ponto que não pode ser ventilado aqui a não ser para assinalar a respectiva dificuldade. Limitemo-nos a afirmar que as ciências sociais possuem técnicas comprovadas, já que também se



defrontaram com o problema relativamente a outros tipos de crenças. Acrescentemos, em compensação, que — conforme assinalamos — a adaptação dessas técnicas à pesquisa das crenças econômicas não está tão avançada como seria de desejar.

5. *Segunda característica*, que se deve reconhecer nas crenças econômicas, pelo menos no tocante à maioria dos homens: a fraca dose de racionalidade e a forte dose de paixão que as mesmas encerram.

Nada é tão familiar, mas nada é tão estranho à massa dos indivíduos como o mundo econômico. É como um grande rio onde todos se banham mas que bem poucos exploram, pelo menos em pensamento. O resultado é que a maioria dos homens confiará ingenuamente na própria aptidão para penetrar e compreender mecanismo e instituições com que constantemente se depararam. Ao mesmo tempo, a insuficiência dos elementos concretos de conhecimento facilitará a irrupção dos fatores passionais dentro da crença. Isto quer dizer que as crenças econômicas, como tôdas as crenças pseudo-racionais, estarão eivadas de ilogismo e ilusões, e constituindo estas o único paliativo para aquêle.

A conseqüência imediata dessa verificação está na extrema variabilidade das crenças econômicas de um meio para outro. Tôdas as diferenças ideológicas que separam os países, as classes, os partidos, repercutem fortemente nas crenças econômicas, enquanto que a racionalidade alicerçada no caráter objetivo e completo do conhecimento não logra desempenhar seu papel unificador.

São inúmeros os exemplos que poderíamos citar neste sentido. Um dos mais típicos é o que nos fornece o comportamento dos círculos comerciais e industriais da França relativamente à "liberdade econômica". É dogma comumente aceito nesses círculos e oficialmente enunciado por inúmeras organizações representativas, que toda intervenção do Estado, no sentido de dirigir a vida econômica, é nefasta e gera resultados menos bons que os provocados pela abstenção. O aumento do dirigismo, verificado nestes últimos trinta anos, é atribuído correntemente a uma conspiração entre os partidos de esquerda e os funcionários, no intuito de furtar ao máximo a vida econômica à livre iniciativa. Contudo, individual ou coletivamente, os componentes desses mesmos círculos admitem ser dever elementar do Poder Público proteger seu comércio ou sua indústria contra a concorrência estrangeira, e, muito mais, protegê-la contra ela própria, em caso de superprodução. Está claro que cada indivíduo ou cada grupo só admite essa idéia no tocante ao setor econômico em que está interessado e que se reveste a seus olhos de importância particular. Nesses mesmos espíritos coabitam duas crenças contraditórias — uma, ligada ao dogma liberal, outra, aos benefícios da proteção estatal. Os elementos racionais fornecem a essas crenças revestimento apenas verbal. É certo que as raízes dessas crenças são de natureza passional, resultando de forte movimento afetivo que visa à proteção dos próprios interesses. Resume-se no desejo de aliar as vantagens da proteção estatal às da liberdade do comércio e da indústria. A conclusão racional seria a necessidade de escolher entre a liberdade e a proteção ou, se preferirmos, encontrar entre as mesmas uma linha de divisão que constituísse conclusão racional. Entretanto, premissas passionais levam a uma conclusão passional, que engendra sua lógica própria.



Os dois termos da contradição são fundidos numa síntese de natureza mágica. O que permite a coexistência das duas afirmações contraditórias é a representação mais ou menos consciente de duas espécies de concorrência ou de superprodução — uma, que se sofre, malfazeja em suas intenções, nefasta em seus efeitos; outra, que se exerce em outros setores, a serviço do bem-estar e da abundância. Ora demônio, ora anjo, formulada numa diversidade passional à guisa de explicação, a concorrência (ou, em outros casos, a produção não dirigida) vale como signo mágico, muito mais que como fenômeno objetivo.

O exemplo que acabamos de citar é ainda bastante abstrato. Poderíamos apresentar, no tocante a determinado país, a descrição da “demonologia” de cada classe e de cada meio social, uma demonologia que teria, aliás, em contraposição, uma “angelogia”. O fisco, os funcionários, os ônus sociais, os lucros capitalistas, os judeus, os americanos, os comunistas são anjos ou demônios da economia conforme os grupos. Existe, é claro, nas crenças, um elemento de realidade objetiva e de racionalidade; é bem verdade que os lucros dos capitalistas ou os ônus sociais têm seu papel nos fenômenos econômicos. No terreno das crenças, porém, cada um desses elementos passa a ter papel mágico, que podemos caracterizar por meio de uma fórmula tríplice: — tem de explicar o inexplicável; tem de resolver as contradições lógicas; atuando sobre ele, resolvem-se problemas econômicos.

6. *Uma terceira característica* das crenças econômicas surge, ainda, ligada às anteriores. Como — para a massa dos homens — são elas mais vividas que pensadas, mais ilusórias e passionais que racionais, as crenças econômicas são esquemáticas e simples. A complexidade e a imbricação dos fenômenos econômicos só poderiam ser exatamente representadas com a consciência absolutamente clara e atenta, manifestando as exigências de precisão de toda pesquisa científica.

Uma instituição como a moeda e os fenômenos cuja substância fornece, para serem representados com exatidão, exigem uma soma de conhecimentos já considerável e uma capacidade de atenção e memória acima da média. Entre as diversas formas, as diversas funções da moeda, mister se faz todo um delicado trabalho de classificação e correlação, ainda que se trate de pesquisa elementar. Que diremos, então, da complicação a que chegaremos, se quisermos estudar de modo dinâmico os mecanismos monetários!

As crenças econômicas relativas à moeda são, todavia, geralmente muito mais simples. Num país como a França, onde a conversibilidade do papel-moeda em ouro representa reminiscência bem antiga e onde a prática da moeda escritural está pouco desenvolvida entre as classes médias e populares, operou-se na maioria dos espíritos uma esquematização vigorosa da instituição monetária. A moeda é uma criação estatal e, na ignorância quase absoluta das relações entre o Poder Público e o banco emissor, a massa do público está crente de que o Banco de França nada mais é que oficina gráfica de cédulas, acionada diretamente pelo Ministro das Finanças. Relativamente às relações entre a moeda e os preços, a teoria aceita pelo comum dos franceses é a quantidade em sua forma mais elementar — o nível dos preços depende da massa das cédulas em circulação.



Observemos de passagem que, segundo uma observação muito freqüente, essa concepção caricatural da instituição e dos fenômenos monetários, em si falsa, pode, estranhamente, aproximar-se da verdade. O mesmo se poderá dizer, especialmente se a massa dos indivíduos a ela aderir e agir em conseqüência. A moeda — já se disse — é uma crença social e o desenvolvimento das teorias psicológicas já colocou em primeiro plano certos fatores que explicam os fenômenos monetários, as crenças de que são êles objeto. Tanto assim que, por um paradoxo aparente, a moeda (dentro de certos limites) é aquilo que se acredita que ela seja e acaba por se assemelhar à imagem que dela se forma. A opinião falsa não se torna verdadeira pelo fato de generalizar-se, mas transforma a realidade.

7. Vejamos, finalmente, a *quarta característica* que podemos perceber nas crenças econômicas. É bastante difícil apontá-la, pois não existe uma palavra apropriada; digamos, por aproximação e sem elegância, que elas mergulham num clima *voluntarista*. Entendemos com essa expressão que o mundo econômico aparece, através dessas crenças, como facilmente subordinado à ação do homem, como maleável sob os seus dedos. Neste particular é mister não nos deixarmos iludir pelo fato de as doutrinas liberais ainda terem notável público nos países do Ocidente e que, em sua essência, sejam elas a afirmação da existência e do valor dos mecanismos automáticos de regulação. A objeção não tem base: primeiro porque, admitindo-se que um esforço consciente do homem possa ressuscitar a era liberal, estamos justamente afirmando a maleabilidade do mundo econômico; depois, porque já não existem liberais puros e porque, sob o rótulo de liberal o que se preconiza é um tipo de ação consciente e voluntária sobre a vida econômica; finalmente — e talvez principalmente — porque, também neste caso, é preciso distinguir entre o pequeno número daqueles para os quais o liberalismo é um sistema coerente de pensamento e a massa daqueles para os quais êle é um conjunto não coerente de crenças.

Fácil será observar, pelas características acima referidas, que esta aqui estudada delas decorre necessariamente. As crenças econômicas são mais vividas que pensadas — são representadas já em termos de ação. Passionais e, sob certo aspecto, ilusórias, oferecem a imagem de um universo onde as conquistas se multiplicam. Simplificadoras, incentivam a ação e prometem que esta não se perderá num labirinto de repercussões não previstas. Nem tudo é fácil no universo econômico assim delineado, mas nêle nada é, a bem dizer, impossível.

É preciso ir mais longe. Em que medida existirão, para a maioria dos homens, crenças econômicas que não sejam essencialmente a justificação de uma ação realizada ou desejada? Em que medida não será o que fazemos ou o que desejaríamos fazer, que determina a crença no que existe? Problema que surge, aliás, quanto a outras crenças além das econômicas mas que, para estas, é praticamente agudo.

Em todo caso, vemos como as crenças econômicas implicam necessariamente-se à ação; nelas, teoria e doutrina se misturam inextricavelmente. A dis-  
gem-se à ação; nelas, teoria e doutrina se misturam inextricavelmente. A distinção lógica entre o que é e o que deveria ser não tem aí lugar garantido.



8. Assim, cada homem traz dentro de si um universo econômico e uma das tarefas da ciência política é descrever-lhe o tipo segundo os grupos sociais considerados, as condições que lhe determinam a constituição e a evolução. É possível que, ao esboçar as características ligadas às crenças que compõem esse universo, tenhamos antecipado certos resultados ainda não adquiridos. Parece-nos, todavia, que a descrição que acabamos de dar não é por demais aventurosa.

Consideremo-la, pois, como aceitável, pelo menos em seus aspectos gerais. Quando — à época em que devem levar seus votos a urna — os cidadãos têm que aplicar-se às questões econômicas, é pelo revezamento dessas crenças e dessa cosmologia econômica que fazem suas escolhas, e é delas que dependerá em parte a vida política. De que forma? Eis o que nos empenharemos em explicar a seguir.

— II —

INFLUÊNCIA DAS CRENÇAS ECONÔMICAS SOBRE A VIDA POLÍTICA

9. No exame das questões com que nos vamos agora deparar existe um ponto que será preciso deixar de lado — o dos *mecanismos* institucionais, por intermédio dos quais as crenças, econômicas influem na vida política. É certo, entretanto, que esses mecanismos têm a máxima importância: o papel dessas crenças econômicas num Estado autoritário, será profundamente diferente do que elas exercerão numa democracia. E, neste último caso, a maneira por que os cidadãos são chamados a opinar, isto é, o tipo constitucional da organização política considerada, tem em si o mais alto interesse. Não podemos, evidentemente, entrar em minúcias neste exame. Para sermos breves no que se segue, reportar-nos-emos ao quadro institucional das democracias do tipo clássico, caracterizadas pela prática do regime representativo e pelo pluralismo dos partidos políticos.

10. Mesmo assim delimitadas, as dimensões do problema colocado parecem enormes e somente podemos tomar-lhe as medidas, apontando as indagações encontradas e, correlatamente, segundo o método cartesiano, as divisões que devem ser introduzidas em nosso tema.

*Primeira questão, primeira distinção:* o nível social em que se situam as crenças consideradas. Para nos limitarmos à organização política acima indicada, seria mister distinguir entre as crenças econômicas dos círculos dirigentes, as das massas e as dos círculos intermediários, que formam a moldura política ou sindical local. Isto feito, cumpriria levar em conta a influência maior ou menor que, no país, cabe a cada um desses grupos, sejam partidos, sejam sindicatos. Cumpriria, outrossim, não omitir o papel que poderá assumir esta ou aquela categoria, juridicamente não dirigente, mas que, de fato, pode ter grande importância na direção efetiva dos negócios. Nos países ocidentais será mister, neste ponto, atentar particularmente nos jornalistas e funcionários. Uma das desculpas ou uma das censuras mais correntemente aceitas na França, a respeito dos governos de esquerda, é a impossibilidade em que os mesmos se encontraram de descobrir técnicos em finanças e economia, além dos que já foram conquistados, mercê das próprias origens e formação, pelo capitalismo liberal.



Para determinar o papel que cabe às crenças econômicas na vida política, impõe-se desde logo uma primeira análise — a da força de influência respectiva dos vários grupos sociais em presença e já se podem imaginar, antecipadamente, seus inúmeros matizes. Terá de ser feita — se é que assim podemos expressar-nos — vertical e horizontalmente, ao mesmo tempo, por isto que é preciso estudar concomitantemente o comportamento de cada grupo (no sentido lato da palavra) e, no interior de cada grupo, medir a importância dos vários elementos segundo o respectivo nível. Essa análise, aliás, não se aplica apenas às crenças econômicas, pois corresponde à indagação de qual grupo (e, nesse grupo, que fração) vem impor as suas representações à nação. Pode acontecer, porém, que aplicada às crenças econômicas essa análise venha a revelar particularidades dignas de registro. Certos povos — lembremos, por exemplo, a Alemanha — têm respeito pelos “técnicos” e em matéria econômica êsse fato acarretará um abandono mais fácil das massas aos dirigentes. Alhures, pelo contrário, a técnica será olhada com desconfiança e as pressões da massa (das crenças desta, por conseguinte) serão muito mais sensíveis: foi o que se observou na França, logo após a Libertação.

11. *Segunda questão, segunda distinção*: a importância atribuída aos problemas econômicos dentro do país, da classe, do meio, das organizações no momento considerado. Neste ponto ainda devemos evitar o debate entre materialistas e idealistas. Para os primeiros, mesmo que as preocupações de natureza econômica se escondam sob vestes de caráter religioso, moral ou político, *stricto sensu*, elas apresentam sempre caráter determinante. Para os segundos, pelo contrário, existe uma independência (pelo menos relativa) das demais crenças no tocante aos fatores econômicos. Lembremos ainda aqui que consideramos as crenças como fatos e não nos cabe dizer se “em última análise” elas serão determinadas por êste ou aquêle dado objetivo, nem mesmo se serão redutíveis entre si. Uma vez novamente acentuado êsse ponto de vista, não se negará que segundo os grupos e os momentos considerados, os problemas percebidos subjetivamente como problemas econômicos têm importância e papel muito variáveis.

No que acabamos de dizer, poderá introduzir-se um equívoco, que importa desde logo dissipar. A “neutralização” das crenças econômicas não se liga única e exclusivamente, na matéria que nos interessa, à primazia dada nela mesma aos problemas políticos ou religiosos ou, de modo geral, extra-econômicos. Pelo contrário, o interesse votado aos aspectos econômicos da vida pode ser forte sem que as crenças econômicas desempenhem por isso papel importante na vida política, pelo menos de modo positivo. Se, por exemplo, a crença econômica dominante focalizar a necessidade de separar o econômico do político, ela se neutraliza por si como determinante da vida política. Na Terceira República francesa (antes do desenvolvimento da esquerda socialista), durante muito tempo a vida dos partidos alimentou-se principalmente de crenças extra-econômicas; o mesmo fenômeno se observou em certas épocas nos Estados Unidos. Não quer isso dizer, que, nas épocas assim consideradas, os franceses ou os americanos se tivessem tornado espíritos puros, indiferentes à prosperidade material. Trata-se apenas de constatar que aos mesmos se afigurava não ser possível esperar por meio da ação política melhores soluções para êsses problemas.



Existem, pois, duas espécies de “neutralidade” das crenças econômicas. A primeira bem merece seu nome e resulta da indiferença dêsse ou daquele grupo pelos aspectos econômicos da existência, considerados secundários. Na realidade, raramente será essa a atitude das massas, mas numa sociedade fortemente hierarquizada e dirigida, bastará que seja a opinião dos meios dirigentes, para que as crenças econômicas representem, afinal, um papel secundário. Foi o que se verificou, sem dúvida, em larga escala, na sociedade medieval e não se ignora que o advento da capitalismo teve de ser acompanhado da idéia de que a riqueza e o lucro constituíam preocupações pouco louváveis. Pelo contrário, é possível que a “neutralidade” das crenças econômicas de ponto de vista político seja apenas proveniente do fato de se considerarem o político e o econômico como esferas separadas, com a possibilidade suplementar, aliás, de que o primeiro daquele ponto de vista seja considerado secundário. Neste caso, a pretensa neutralidade conduz a uma análise mais aprofundada. A crença econômica não é, na realidade, ineficaz. É apenas estabilizadora das estruturas econômicas, por suprimir ou refrear uma das razões mais poderosas de as transformar. Neste caso, as crenças econômicas têm eficiência verdadeira, tal como o cimento de uma construção. Sua neutralidade deve entender-se apenas no sentido de efeito estabilizador.

12. *Terceira questão, terceira distinção*, para as quais aliás, nos encaminham as observações acima: as crenças econômicas podem ser grupadas em certo número de tipos, definidos não somente pelos respectivos elementos constituintes, mas também pelo gênero de ação que exercem sobre a vida política.

Para maior clareza limitar-nos-emos aqui aos dois tipos que formam o contraste mais nítido e se encontram nas duas extremidades da série: o *mito* e o *reflexo*.

A crença-mito (a palavra *mito* tomada na acepção soreliana ampliada, e que se tornou corrente em França) caracteriza-se por três aspectos: amplitude, valor explicativo, dinamismo. O mito econômico é, antes de tudo, uma crença que atua sobre um vasto conjunto de fatos, e cuida na realidade, quase sempre, constituir um ponto de vista essencial a respeito do mundo econômico. É, aliás, por essa razão que raramente pode apresentar-se como puramente econômico. Abrangendo grande número de elementos, tende a integrar nos mesmos elementos extra-econômicos. O valor explicativo — segunda característica do mito econômico — está ligado à sua amplitude. O conjunto de fatos abarcados pelo mito é logicamente coordenado por um elemento explicativo, tanto na ordem positiva como na ordem dos valores. Finalmente, o dinamismo do mito provém do fato de que a extensão dos fenômenos que pretende dominar e a simplicidade das explicações que dá para os mesmos, sugere ações aparentemente fáceis, de êxito garantido.

A observação dos tempos passados ou da vida contemporânea poderia oferecer inúmeros exemplos dessas crenças-mitos: “a livre iniciativa”, a “supressão” da exploração do homem pelo homem forneceriam ocasião de verificar a definição dada. É possível que essa verificação seja ainda mais simples quando aplicada a uma crença-mito a que não se atribua bastante importância por ter penetrado mais nas massas que nos meios dirigentes ou científicos:



referimo-nos ao mito da "abundância". Sua amplitude manifesta-se no fato de ser um mito que pretende apresentar uma visão muito geral e válida para toda a economia: o homem entrou numa fase de sua história em que já se apoderou da possibilidade de satisfazer plenamente a todas as suas necessidades sem se sentir dominado pelo desenvolvimento constante das mesmas. O valor explicativo desse mito apresenta-se não somente na ordem positiva, senão também na ordem normativa. Na ordem positiva, a história da economia, as estruturas passadas, a crise atual dessas estruturas encontram-se ou querem ser explicadas na marcha do progresso técnico. Na ordem normativa, o valor de uma sociedade é julgado pelo partido que a mesma sabe tirar das possibilidades de abundância. Finalmente, o dinamismo do mito resulta do fato de ser imensa a esperança que o mesmo faz nascer e, ainda, por parecerem simples os meios de atingi-lo. Neste último ponto, porém, reportemo-nos ao que dissemos linhas acima acerca dos casos em que o efeito da crença sobre a vida política é de natureza estabilizadora. Seria longo demais estudarmos aqui a ação sugerida no plano político pelo mito da abundância; mas ela forneceria um ótimo exemplo de crença englobando ao mesmo tempo tendências conservadoras e tendências revolucionárias em matéria política.

13. O tipo de crença que se opõe de modo mais perfeito à crença-mito é a *crença-reflexo*. Neste caso, trata-se de mecanismos de caráter associacionista e "montados" por uma experiência vivida mais ou menos bem interpretada. Nada, no caso, que lembre uma *Weltanschauung* econômica, um princípio geral de explicação. O exemplo mais claro, sem dúvida, que se pode dar desse caso é o reflexo anti-inflacionário nascido na Alemanha, em consequência do desmoronamento do marco nos anos que se seguiram à primeira guerra mundial. O reflexo consistia não no fato de ser a inflação considerada como fenômeno geralmente indesejável, o que teria sido apenas uma interpretação refletida, — consistia no fato de o público não se apegar às causas mais ou menos admissíveis, capazes de explicar o aumento dos sinais monetários. Ademais, a grande massa atentava pura e simplesmente na quantidade de cédulas em circulação, ignorando as demais formas de inflação. Nascera, assim, um "reflexo condicionado" e os governantes alemães tiveram que levá-lo em conta, notadamente nos anos que se seguiram à crise de 1931. Os dirigentes republicanos fizeram uma política sistematicamente deflacionária, economicamente contestável, e os primórdios da experiência Schacht foram norteados pelo desejo de evitar a todo custo o sinal da inflação (o aumento das cédulas) que teria atuado como campanha de alarme e desencadeado o pânico. Foi mister que se inventassem novas técnicas para desassociar uma política monetária e econômica que não podia ser deflacionária e o índice a que estava ligado o medo ou a confiança da massa.

As crenças-reflexos têm ação geralmente muito brutal sobre a vida política. Em épocas de eleições, podem provocar bruscas reviravoltas do corpo eleitoral. Mas se as massas, no momento dado, não tiverem o exutório eleitoral à sua disposição, essas crenças podem ser a origem de movimentos populares violentos.

14. Mais ou menos ambiciosas em sua extensão, mais ou menos complexas em seus elementos, mais ou menos brutais em seus efeitos, as crenças



econômicas se escalonam desde a crença-mito até a crença-reflexo, num certo número de categoria que não se poderia precisar sem certa arbitrariedade.

Não tivemos a pretensão, já o dissemos, de fazer um estudo do assunto. Tratava-se apenas de apresentar um objeto de pesquisas e adivinhar alguns grandes aspectos que permanecem por verificar.

Um estudo sistemático e, para começar, analítico e monográfico, das crenças econômicas e de seu papel na vida política apresentaria grande utilidade, de dois pontos de vista.

Para começar, representaria por si um aumento de nossos conhecimentos a respeito da vida do homem em sociedade.

A seguir, tal estudo provocaria talvez a descoberta dos meios de melhorar a representação, que faz a massa dos cidadãos, dos fenômenos e das estruturas econômicas. Inútil seria dizer por que essa melhoria seria de importância capital para o funcionamento das sociedades democráticas. Não se pode esperar, sem dúvida, que cada cidadão seja dotado de uma representação verdadeiramente científica do mundo econômico. Poder-se-ia, no entanto, ajudá-lo a bosquejar as linhas gerais do mesmo, o que lhe evitaria incoerência e absurdos, e aproximaria do mundo real o universo ilusório que êle por vêzes substitui àquele. Onde estiver o poder deve estar o conhecimento.